

RAPARIGAS DE MABALANE, GAZA

Sonhos que terminam no casamento forçado

n DELFINA MUGABE

TODOS nós temos sonhos. Alguns conseguem concretizá-los, outros não. Claudina Mandlaze tem 16 anos. É mãe de um bebé de um ano e meio. Por decisão da família, após proposta da sua tia paterna teve que interromper os estudos em 2014 para se juntar a um homem de mais de 70 anos de idade, tornando-se a sua quarta esposa.



Em Mabalane, mulheres e raparigas têm, quase sempre, um bebé nas costas

Encontramo-la no posto administrativo de Combomune, no distrito de Mabalane, província de Gaza, na recente feira sobre os

ao marido dela, com consentimento do meu pai. O meu marido é um curandeiro, não sei bem a idade dele, mas é uma pessoa grande. Talvez tenha mais de 70 anos",

que o seu pai.

Como ela, estavam na feira de Combomune muitas outras meninas de 16, 17 ou 18 anos com bebés nas costas, à espera de registar as suas crianças. Todas têm algo em comum: tiveram que abandonar as aulas e os seus sonhos, para iniciar a vida conjugal. Os motivos: a pobreza dos seus progenitores que vêm no casamento das suas filhas uma alternativa para atenuar a carestia da vida.

go à estação de Combomune nas primeiras horas da manhã. Queria ser uma das primeiras pessoas a ser atendida para cedo regressar à casa e tratar dos afazeres domésticos.

Ela e o filho de cerca de dois anos vivem com a sogra e os avós do seu marido.

Segundo disse, sente-se feliz no seu casamento e já não tem planos



Isabel Chilaúle, administradora de Mabalane

ADMINISTRADORA DE MABALANE Gravidez precoce tende a reduzir

ISABEL Chilaúle, Administradora do Distrito de Mabalane, acredita que os casos da gravidez precoce estejam a reduzir, embora não tenha apontado dados numéricos. Tal convicção resulta do trabalho de sensibilização às comunidades que as autoridades administrativas têm realizado, visando o combate aos casamentos prematuros. "Nas comunidades é normal encontrar meninas de 14 ou 15 anos, algumas nos lares e outras em casa dos pais, com bebés. Por isso, espalhamos mensagens junto das comunidades para perceberem que este país precisa de mulheres, também,

para poder se desenvolver", disse a administradora.

Ela acrescentou que para que a mulher possa participar em todos os processos de desenvolvimento de Moçambique ou melhorar as suas condições de vida precisa de ir à escola. Daí que o Governo distrital está a trabalhar na sensibilização das comunidades e dos pais para que evitem "empurrar" as meninas aos casamentos prematuros. "Mesmo aqui na feira, quando visitamos a tenda do IPAJ soubemos que algumas das preocupações apresentadas pela mulher têm a ver com a gravidez e falta de assistência às crianças", disse congratulando-

se com o resultado positivo da sensibilização desenvolvida no distrito, pois a própria rapariga já sabe denunciar casos de pais que as obrigam a casar cedo só para terem dinheiro do lobolo.

Os factos aqui relatados revelam quão importante foi a feira sobre a promoção dos direitos da mulher para a população do distrito de Mabalane, sobretudo para mulheres, raparigas e suas crianças. Algumas destas mulheres nunca tinham ouvido falar de justiça. Situações de violação dos seus direitos eram por si consideradas normais, tal como soubemos no local.

Pobreza é a principal razão

DADOS estatísticos divulgados em 2014, pela Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros (CECAP), indicam que Moçambique se encontra em 10º lugar no mundo, entre os países mais afectados

O estudo fala da prevalência dos casamentos prematuros que continua bastante elevada apesar de uma tendência de redução a longo prazo, especialmente antes dos 15 anos de idade. A pressão



E como pai e mãe marido mune, no distrito de Mabalane, província de Gaza, na recente feira sobre os



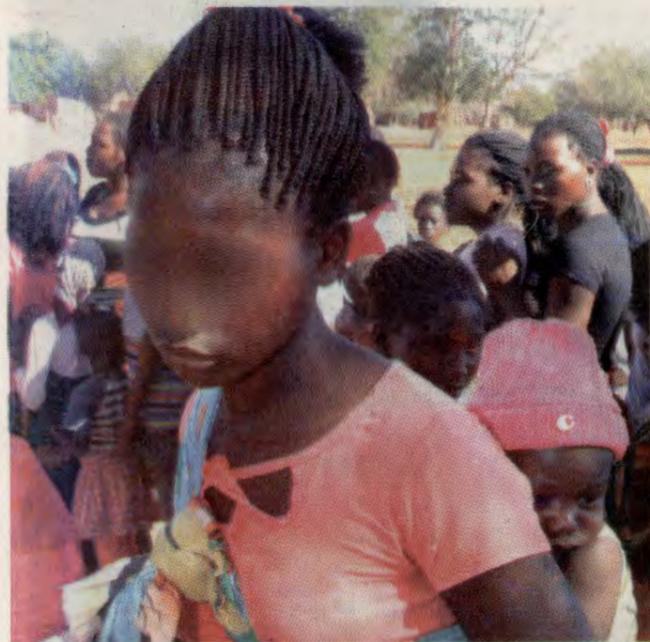
Sonho adiado, por conta do casamento forçado

direitos da mulher, promovida pela ONU-Mulheres, em coordenação com o Governo local. Tal como as outras raparigas e mulheres, pretendia registar o seu filho. Havia chegado ao local logo às primeiras horas da manhã, pois tinha que voltar cedo à casa para fazer os trabalhos domésticos que "a aguardavam". Os mesmos trabalhos que não a permitem continuar a estudar.

Relata a sua história com alguma tristeza e lágrimas no canto do olho: "deixei de estudar na terceira classe. A minha tia, irmã do meu pai, foi-me buscar em casa e entregou-me

disse a jovem.

Tem consciência de que devia estar numa sala de aula, para ter um futuro melhor do que a vida que leva hoje, mas não tem hipóteses, porque uma vez no lar, tem que fazer trabalhos domésticos, ir à machamba e cuidar da criança. Aliás, até tem medo de pedir para voltar à escola, pois já sabe que a resposta seria negativa, para além de que não teria com quem deixar o bebé. O sonho de um dia ser professora terminou assim, num casamento prematuro e forçado com um homem muito mais velho



Lúcia Baloi foi obrigada a casar na sequência da gravidez

Combomune muitas outras meninas de 16, 17 ou 18 anos com bebés nas costas, à espera de registar as suas crianças. Todas têm algo em comum: tiveram que abandonar as aulas e os seus sonhos, para iniciar a vida conjugal. Os motivos: a pobreza dos seus progenitores que vêm no casamento das suas filhas uma alternativa para atenuar a carestia da vida.

Sónia Maposse casou-se com 17 anos e é mãe de um bebé de dois anos. Para ela, o casamento é uma oportunidade para o homem cuidar de si, uma vez que os pais já não têm condições. Aliás, este é o pensamento dos seus pais e não só. "Aqui em Combomune é normal uma menina casar-se com 14 ou 15 anos. Basta ela engravidar tem que ir viver com o marido, não importa a idade", disse explicando que os homens da sua zona, embora não tenham um emprego formal vão à floresta, cortam as árvores e produzem carvão. É assim como alimentam as suas famílias.

Ela já não pensa em voltar a estudar. As suas atenções estão viradas, agora, para a educação do seu filho e do marido. Sónia Maposse tem preocupações de mulheres adultas: "aqui em Combomune temos falta de água e de estradas em condições. O nosso hospital não tem ambulância e quando temos alguém doente que precisa de ser evacuado para Chókwè fica difícil", lamentou acrescentando, na sua lista de preocupações, a falta de uma escola secundária no posto administrativo de Combomune, facto que leva a que os alunos sejam obrigados a deslocar-se à sede do distrito de Mabalane. "Quem estuda na sede não pode voltar para casa, tem que viver lá porque é muito longe daqui e se não tem nenhum parente, a solução é não continuar os estudos", disse Sónia Maposse.

Lúcia Baloi tem 18 anos e é mãe de uma criança de três anos. Casou-se em 2014. Na altura estava a frequentar a 5ª classe, mas a gravidez lhe impediu de continuar os estudos. O seu marido é um jovem de 19 anos e desempregado. Foi obrigada pelos pais a casar na sequência da gravidez. "Agora já não penso em estudar porque tenho que tomar conta do meu lar e da minha filha", afirmou, mostrando indisponibilidade de continuar a conversar connosco sobre este assunto, pois não queria perder o seu lugar na fila para o registo da criança.

Tal como as outras meninas, ao contrário das mulheres mais velhas que preferiram pernoitar no local que acolheu a feira, Lúcia Baloi che-

ser uma das primeiras pessoas a ser atendida para cedo regressar à casa e tratar dos afazeres domésti-



O casamento é uma oportunidade para o homem cuidar de nós

cos. Infelizmente, havia muita gente querendo a mesma coisa e a fila longa era lenta. O jeito era mesmo esperar, uma vez que não sabia quando é que esta oportunidade de registar as crianças e solicitar documentos de identificação a título gratuito voltaria a acontecer no distrito.

Uma outra jovem mãe é Anastácia Baloi, 19 anos. Estudou até 8ª classe e aos 17 anos deixou de ir à escola, para se casar. O seu marido trabalha na África do Sul e só vai a Mabalane no fim do ano para passar as festas com a família.



Aventina Chachuaio, responsável do departamento jurídico em Gaza - IPAJ

Segundo disse, sente-se feliz no seu casamento e já não tem planos

Pobreza é a principal razão

DADOS estatísticos divulgados em 2014, pela Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros (CECAP), indicam que Moçambique se encontra em 10º lugar no mundo, entre os países mais afectados pelos casamentos prematuros. Trata-se de um dos problemas mais graves do desenvolvimento humano no nosso país, mas que ainda é largamente ignorado no âmbito dos desafios de desenvolvimento que Moçambique persegue, segundo o estudo, requerendo por isso uma maior atenção dos decisores políticos.

O estudo fala da prevalência dos casamentos prematuros que continua bastante elevada apesar de uma tendência de redução a longo prazo, especialmente antes dos 15 anos de idade. A pressão económica exercida sobre os agregados mais pobres e as práticas socioculturais prevalecentes, são apontadas como principais causas que levam as famílias a promoverem os casamentos das suas filhas cada vez mais cedo, ainda que elas não tenham atingido a maturidade suficiente para assumirem a vida adulta.

Escorraçadas sem nenhum bem

A FEIRA sobre o direito das mulheres promovida, há dias, no distrito de Mabalane, visava o reforço das oportunidades deste grupo no acesso aos diferentes documentos e serviços que promovam a sua cidadania, saúde, dignidade, negócios e protecção social. Tratou-se, de facto, uma ocasião para elas (mulheres e raparigas) terem a noção de que na República de Moçambique têm direitos, tal como os homens. Foi na tenda do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica, IPAJ, onde elas revelaram total falta de conhecimento sobre os seus direitos. Num contacto com Aventina José Chachuaio, responsável pelo departamento jurídico em Gaza, o "Notícias" soube que um número considerável de casos de dissolução de união de factos foi reportado. Mulheres abandonadas ou escorraçadas do lar pelos maridos e que não beneficiaram de nenhum bem adquirido pelo casal nem direito à pensão alimentar para as crianças foram pedir ajuda aos conhecedores de leis. Estavam ali três juristas dispostos a orientá-las.

Foi assim que elas souberam que algumas acções seriam tomadas, quer referentes à pensão de alimentos para menores (que é obrigatória), e que seriam remetidas ao Ministério Público, quer relacionada com a dissolução da união de factos e uma possível partilha dos bens que terão sido adquiridos durante a vigência da vida conjugal. "São 12 processos relacionados com a dissolução da união de factos e 16 de pensão de alimentos. Estes dados não são conclusivos porque ainda estamos no meio do trabalho", explicou Aventina Chachuaio, no momento da entrevista, por volta das 14 horas. A previsão do encerramento da feira era 17.30 horas, depois de ter sido aberta às 8.00 horas.

Outras mulheres reportaram ao IPAJ casos de injustiças salariais aos seus maridos. Eles trabalharam mas não receberam os salários e foram dispensados dos seus locais de trabalho.

Uma vez na feira sobre os direitos da mulher, elas decidiram interceder pelos maridos, pedindo que a justiça fosse feita, através da assistência jurídica do IPAJ. Tais casos foram prontamente recebidos e serão averiguados e encaminhados.

Aventina Chachuaio falou também de duas acções de regulação do poder parental. Nestes casos, as raparigas ficaram grávidas e os namorados não quiseram assumir a paternidade das crianças. "Uma namorou seis meses e a outra um ano e durante esse período ficaram grávidas. Porém, quando as crianças nasceram, os pais recusaram-se a assumir a paternidade sem nenhum fundamento. Por isso, vamos fazer a averiguação do poder parental e alimentos provisórios, em simultâneo. São dois processos, praticamente," disse acrescentando que há outros dois casos reportados relacionados com gravidez precoce e a falta de assistência alimentar a menores. Trata-se de dois professores que engravidaram duas crianças, suas alunas, de 15 e outra de 16 anos. Porém, não prestam nenhuma assistência às crianças e já foram transferidos das escolas de Combomune.

"Vamos fazer uma carta ao Governo de Mabalane para ver se nos ajuda a localizar estes professores. Todavia, como são funcionários do Estado acredito que vamos localizá-los", afirmou Aventina Chachuaio, acrescentando que outra preocupação prende-se com o facto de que lá onde foram afectos poderem continuar a praticar os mesmos actos, engravidando menores e depois abandoná-las.

Segundo ela, houve outros casos tais como a violência patrimonial, em que o marido retirou todos os bens que tinha adquirido com a primeira mulher e levou-os para a casa onde agora vive com a segunda esposa. Entretanto, a maioria dos casos registados durante a feira relacionam-se com a pensão de alimentos e a dissolução de união de factos.